

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Douglas Fritzen Damaceno

Custo com pessoal nas compras efetuadas pelo procedimento de sistema de registro de preços da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis

2021

Douglas Fritzen Damaceno

Custo com pessoal nas compras efetuadas pelo procedimento de sistema de registro de preços da Universidade Federal de Santa Catarina

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis
Orientador: Prof. Carlos Eduardo Facin Lavarda, Dr.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Damaceno, Douglas Fritzen

Custo com pessoal nas compras efetuadas pelo
procedimento de Sistema de Registro de Rreços da
Universidade Federal de Santa Catarina / Douglas Fritzen
Damaceno ; orientador, Carlos Eduardo Facin Lavarda, 2021.
53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Contábeis, Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. 2. Contabilidade de Custos. 3.
Mensuração de custos. 4. Compras Governamentais. 5. Gestão
de custos no setor público. I. Lavarda, Carlos Eduardo
Facin. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

Douglas Fritzen Damaceno

Custo com pessoal nas compras efetuadas pelo procedimento de sistema de registro de preços da Universidade Federal de Santa Catarina

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis

Florianópolis, 28 de abril de 2021.

Prof. Alcindo Cipriano Argolo Mendes, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Eduardo Facin Lavarda, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Orion Augusto Platt Neto, Dr.(a)
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Cristiane Aparecida da Silva, Msc.(a)
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos amigos que conquistei ao longo da vida e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por conseguir realizar esta pesquisa e dar apoio em todos os momentos difíceis, por não faltar com saúde e segurança nos últimos meses.

Agradeço minha família por dar o suporte em todo o momento para a realização desta pesquisa, em especial a minha mãe.

Aos meus amigos que formei até a graduação, por sempre me apoiar e incentivar a escrever sobre a monografia, mesmo sendo um tema difícil de ser escrito.

Agradeço ao professor Carlos Eduardo Facin Lavarda pela dedicação, paciência pela explicação dos conteúdos e verificação do projeto.

Agradeço aos membros do Departamento de Compras da UFSC, por sempre estarem a postos a tirar dúvidas, por fornecer os dados dos processos e estarem sempre, quando possível, aberto as entrevistas e encaminhando aos outros gestores.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo avaliar o custo com pessoal no procedimento de compras Sistema de Registro de Preços (SRP) na modalidade pregão eletrônico na Universidade Federal de Santa Catarina. Foram categorizados como amostra quinze pregões, sendo dez de consumo rápido e cinco de materiais permanentes dos realizados naquele ano, para tal enquadrando-se como pesquisa documental. Através do fluxograma disponível no Manual de Compras do Departamento de Compras, foi estipulado uma série de perguntas para que pudesse entender como funciona aqueles departamentos no quesito de compras de materiais. Após essas entrevistas, foi apurado o período de tempo que os processos demandaram a cada departamento e aplicado o valor médio de salário das informações disponíveis no Portal de Transparência. Conclui-se que o departamento que apresentou um aporte de custos mais expressivo aos processos é o Departamento de Licitações, já que representa a fase externa, e os materiais de consumo rápido apresenta um custo maior em relação aos de materiais, uma vez que são adquiridos com maior frequência.

Palavras-chave: Pregão; Compras; Custos.

ABSTRACT

The research aimed to evaluating personnel costs in the purchasing procedure Price Registration System (SRP) in the electronic auction mode at the Federal University of Santa Catarina. Fifteen auctions were categorized as a sample, ten of which were for quick consumption and five of permanent materials from those carried out that year, for which they were classified as documentary research. Through the flowchart available in the Purchasing Manual of the Purchasing Department, a series of questions was stipulated so that you could understand how those departments work with regard to the purchase of materials. After these interviews, the period of time that the processes demanded from each department was determined and the average salary value of the information available on the Transparency Portal was applied. It was concluded that the department that presented a more significant cost contribution to the processes is the bidding department, since it represents the external phase, and the materials of fast consumption present a higher cost in relation to those of materials, once they are acquired more often.

Keywords: Auction; Purchases; Costs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra de processos para análise	22
Tabela 2 – Etapa de Compras não listada no Fluxograma	25
Tabela 3 – Salários dos Servidores (DCOM).....	26
Tabela 4 - Custo por Processo na etapa de Triagem e Comparação de Mapa Comparativo	27
Tabela 5 – Custos dos processos da amostra (Triagem e Mapa Comparativo).....	28
Tabela 6 – Custo por Processo na etapa do Termo de Referência	29
Tabela 7 – Custos dos processos da amostra (Termo de Referência)	30
Tabela 8 – Custo por processo na etapa de Atas de registro de preços	31
Tabela 9 – Custos dos processos da amostra (Atas de registro de preços)	32
Tabela 10 – Custo por processo na etapa de Acompanhar de Processo	33
Tabela 11 – Custos dos processos da amostra (Acompanhar Processo)	33
Tabela 12 – Salários dos Servidores (DPC)	35
Tabela 13 – Custo por Processo na etapa de Elaboração da Minuta de Contrato	36
Tabela 14 – Custo dos processos da amostra (Elaboração da Minuta do Contrato) ..	37
Tabela 15 – Custo por processo na Aprovação do Termo de Referência	40
Tabela 16 – Custo por processos da amostra (Aprovação do Termo de Referência)	41
Tabela 17 – Custo por processo na Homologação	41
Tabela 18 – Custo por processo da amostra (Homologação).....	42
Tabela 19 – Salários dos Servidores (DPL)	43
Tabela 20 - Custo por Processo na etapa Externa do Processo de Compras.....	44
Tabela 21 – Custo dos processos da amostra (Fase Externa).....	45
Tabela 22 – Custos totais dos processos da amostra	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS.....	12
1.1.1	Objetivo Geral	13
1.1.2	Objetivos Específicos.....	13
1.2	JUSTIFICATIVA.....	13
2	REVISÃO TEÓRICA	15
2.1	CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	15
2.1.1	MÉTODO ABC	16
2.2	COMPRAS/AQUISIÇÃO GOVERNAMENTAL	18
2.3	ESTUDO ANTERIORES	19
3	METODOLOGIA	21
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	24
4.1	DEPARTAMENTOS DE COMPRAS (DCOM).....	25
4.2	DEPARTAMENTO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	34
4.3	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	37
4.4	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.....	42
5	CONCLUSÃO	47
5.1	LIMITAÇÕES DO TRABALHO	48
5.2	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	48
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

As entidades utilizam os custos como parâmetros para diversas funções essenciais de existência para a organização. Em organizações de prestações de serviços, a contabilidade de custos tem como auxiliar no desempenho das atividades, mesmo tendo uma dificuldade de aplicar esses sistemas oriundos de empresas industriais, mas não sendo um limite entre elas (RODRIGUES; BRAUN; MIREK; CARVALHO; FENGLER, 2014).

Nas entidades públicas, a ideia partiu da Lei de Responsabilidade Fiscal, que juntamente com a Portaria n. 184/2008 do Ministério da Fazenda, introduziram uma proposta de procedimentos, do qual, mais tarde, surgiria o sistema de custos advinda do Conselho Federal de Contabilidade com sua norma específicas, para as entidades e autarquias públicas, sendo obrigatória sua adoção (COUTO; YOSHITAKE; FRAGA; TINOCO, 2017).

Os sistemas de custos estão sustentados por métodos de mensuração, nos quais servem para priorizar certos custos para a gestão. Para mensurar tais custos, existem diversos métodos de custeio, entre eles Absorção, Variável, *Activity Based Costing* (ABC), *Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit* (RKW) entre outros (MARTINS, 2010). O custeio por atividades se ajusta à necessidade de identificar custos dos serviços, devido à utilização de direcionador com a finalidade de alocar tanto as despesas como os custos indiretos de forma mais exata (POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2019).

O primeiro passo para avaliar o custo da prestação de serviços de qualquer organização pública ou privada, é a distinção entre custos e despesas em um determinado período (MARTINS, 2010). Tais custos podem ser valiosos em como a sociedade as visualiza, por demonstrar uma transparência de como está o funcionamento das entidades (MORAIS; SANTOS; REIS NETO, 2019; ZONATTO; CORDEIRO; SCARPIN, 2012), fornecendo informações sobre possíveis gargalos e problemas na aplicação dos orçamentos para a realização de suas atividades (MORAIS; SANTOS; REIS, 2019).

Utilizando estes métodos de custeio, esta área da contabilidade possui duas funções principais para todas as entidades que a adotam, sendo as de controle e para a tomada de decisão (MARTINS, 2010), distinguindo estas funções para satisfazer as necessidades a longo prazo, para fim de tomar as decisões necessárias, em relação a operação da entidade. Com base nisso,

as empresas não industriais estão adotando com mais frequência essa área para a gestão das entidades.

Um elemento importante dos custos no setor público é o conjunto de atividades, também denominadas de procedimentos, desenvolvidas nas atividades-meio, como as compras de materiais, que são realizadas por licitações, que tem diversas modalidades conforma a Lei n.º 8.666/93, mais tarde com a aprovação da Lei n.º 10.520/02, foi criada uma nova modalidade de licitação, e as características que cada compra deve ter ao adotar a modalidade pregão, que será o foco desse estudo, não estando em vigor na época da pesquisa, a nova lei de licitações sancionada n. 14.133/2021

Na modalidade pregão eletrônico, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresenta em seu manual de compras, duas distinções entre pregões – pregões de Pronta Entrega e pregões de Sistema de Registro de Preços (SRP). Pela ocorrência frequente de pregões, o presente trabalho irá focar em pregões SRP, que é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços para contratações futuras pela Administração (UFSC, 2019).

O Departamento de Compras, no qual é o departamento que tem esta a responsabilidade de realizar as compras para a universidade, segundo o sitio eletrônico (UFSC, 2019b), o número de empenhos emitidos no ano de 2018 foi de 2.957, desses estão inclusos os empenhos emitidos juntamente com anulações ao longo do ano, tais empenhos foram agrupados em 482 processos de pregões e dispensas tramitados entre os setores. De acordo com o relatório anula do Departamento de Compras (DCOM), deste número de processos tramitados, 269 são processos na modalidade pregão.

Deste modo, tem-se como problema de pesquisa: ***Qual o custo com pessoal no procedimento de compras Sistema de Registro de Preços (SRP) na modalidade pregão eletrônico na Universidade Federal de Santa Catarina?***

1.1 OBJETIVOS

Nesta seção, será demonstrado os objetivos que este trabalho terá para responder o problema proposto.

1.1.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo avaliar o custo com pessoal no procedimento de compras Sistema de Registro de Preços (SRP) na modalidade pregão eletrônico na Universidade Federal de Santa Catarina.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os passos que compõem uma licitação de compras da Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade pregão pelo Sistema de Registro de Preços (SRP);
- b) Realizar um levantamento em cada setor relativo as compras, para apuração de custos com pessoal para a apropriação aos processos;
- c) Comparar as diferenças de custos das compras dos produtos de caráter permanente e caráter de consumo rápido com a sua frequência de compra.

1.2 JUSTIFICATIVA

Uma gestão de custos auxilia as entidades a tomar decisões no seu processo de mensuração de custos, sendo que essa preocupação está ganhando destaque no contexto social atual, no qual a dificuldade de obter recursos está exigindo novos mecanismos para realizar uma gestão eficiente para toda a sociedade (MESSIAS; FERREIRA; SOUTES, 2018).

No setor público, não é algo que deva passar despercebido, já que os recursos que as autarquias federais recebem são repassadas por hierarquias maiores, isto é, o governo federal que analisa o quanto que tem de recursos naquele ano e repassa tal valor a educação. Estes repasses estão vinculados ao orçamento da União, e segundo o portal de notícias da UFSC (2019a) a universidade será afetada devido a um contingenciamento de recursos num montante de sessenta milhões de reais, desse modo, uma boa gestão de custos, pode apontar soluções para amenizar tal falta de recursos.

A contabilidade de custos, em aspectos gerencias, envolve as questões de eficácia e eficiência (BONACIM; ARAUJO, 2010). A criação da modalidade de licitação pregão, serviu

para atender estas questões, conforme a Lei n. 10.520/2002, no qual foi instituída essa nova modalidade, pois as outras modalidades haviam complicações na elaboração dessa etapa, sendo umas das principais fontes de inspiração a demora das demais modalidades, a autenticidade que as entidades públicas na hora de licitar um determinado bem, permitindo que a Administração Pública utilize de forma abrangente para a maior quantidade possível de compras (SOUZA, 2018).

No setor público, a Lei n. 4.320/64 relata que as entidades de caráter público têm que haver um sistema de controle interno, isto é, visando a adoção de uma contabilidade de custos para o setor público para o controle e a tomada de decisão. Pregão eletrônico, uma modalidade de licitação mais atual, surgida em 2002, no qual agilizou as burocracias que as demais modalidades traziam, essa agilidade foi melhorada pelo aumento de número de concorrentes, pela flexibilidade de poder lançar um preço sem estar em um lugar específico, simplificação de procedimentos, entre outros (ALVES-ANDRADE; GUARIDO FILHO; EBERLE, 2017).

Outro ponto importante é indicar possibilidades de melhorias na hora da preparação de processos de compras, especialmente se tais processos atendem o princípio de economicidade, conforme ordena a Lei nº. 4.320/64, tal princípio tem como principal peça a melhor utilização de recursos públicos, com enfoque na redução de custos, com as atividades meio das entidades. Com isso, este levantamento de custos é necessário pois com isso, os gestores responsáveis por todas estas atividades podem aperfeiçoar certa atividade e/ou inovações que possam adotar para fins de melhor aproveitamento de tempo e recursos.

Justifica-se, também, pela acessibilidade dos dados relativos ao processo de compra de materiais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

No século XVIII, período em que estava ocorrendo a Revolução Industrial, só existia a Contabilidade denominada de geral para o controle patrimonial das entidades em questão (MARTINS, 2010). Ainda segundo o autor, naquela época, essa área da contabilidade não era muito requisitada, pois bastava realizar contas simples para controlar os estoques. Por outro lado, a contabilidade gerencial, no qual utiliza dados da contabilidade de custos, apareceu inicialmente no século XIX (JOHNSON; KAPLAN, 1993).

Deste modo, a tecnologia avançava numa velocidade tão grande que foi necessária a utilização de novos mecanismos para a área de custos conseguir avaliar seus estoques, e conseqüente, ter uma noção gerencial de como estava funcionando a entidade. Para essas evoluções tecnológicas, os administradores das empresas utilizaram inovações nos produtos com a intenção de que poderiam aumentar o retorno financeiro ao invés de substituir estes produtos por outros (JOHNSON; KAPLAN, 1993), e ainda enfatiza que esses novos mecanismos eram mais frequentes nas empresas têxtil de algodão daquela época.

A *International Federation of Accountants* (IFAC), considera a evolução na contabilidade gerencial dividida em quatro estágios, sendo de 1950 até os dias atuais. O primeiro estágio, era muito precária as informações que um bom controle de custos poderia haver para saber do desempenho financeiro das entidades, desde modo, concentrava-se mais em determinações de custos para o controle financeiro (GUERREIRO; CORNACHIONE; SOUTES, 2010; IFAC, 1998).

De 1950 a 1965, é considerado o segundo estágio, no qual os custos tiveram uma importância a mais do que o estágio anterior, nessa época, eles usavam o controle de custos para o planejamento e o controle gerencial, usando diversas técnicas da contabilidade gerencial. Até 1985, o então considerado terceiro estágio, estava concentrado na eficácia na fabricação dos produtos, reduzindo as perdas utilizando o gerenciamento de custos (GUERREIRO; CORNACHIONE; SOUTES, 2010; IFAC, 1998).

De 1985 até os dias atuais, a contabilidade gerencial, juntamente com a contabilidade de custos, tem o foco principal a geração e valor e/ou a criação de valor utilizando algumas técnicas que englobam todas as partes envolvidas no processo fabril (GUERREIRO; CORNACHIONE; SOUTES, 2010; IFAC, 1998). Devido a essa evolução, é importante cada entidade em haver um gestor de custos, que também é denominado de *controller*, é fundamental para qualquer empresa, ou entidade do setor público. No âmbito de custos, há uma classificação de custos de acordo com a função que ele exerce sobre o processo de construção de uma licitação, sendo denominados de custos diretos e custos indiretos. Os custos diretos, como a própria terminologia diz, são aqueles que são alocados diretamente aos produtos, isto é, que são visíveis a utilização de ferramentas para a confecção do processo de compras (MARTINS, 2010).

Custos indiretos, são aqueles que não deixam claro a real utilização de materiais para a produção de um processo de compras. Conforme Martins (2010), são aqueles que não oferecem certo valor na alocação deles aos processos. Porém, alguns gastos que entidade tem ao longo do ciclo operacional que ela exerce, não são facilmente alocados aos processos devido a difícil separação do valor gasto com suas respectivas funcionalidades.

Além dessa classificação geral de custos sobre a elaboração de um processo, existem diversas outras classificações de custos. Aqueles custos que variam de acordo com o número de produtos, de forma direta ou indireta, são denominados de custos variáveis, tendo como exemplo as folhas que os servidores utilizam para anexar aos processos físicos.

Todavia, existe aqueles custos que não são encaixados nesses segmentos, isto é, não variam de acordo com o número de processos que são realizados mensalmente, por este modo, são denominados de custos fixos, um bom exemplo para ilustrar esta classificação é a aquisição de um prédio no qual será realizado alguma atividade do processo.

2.1.1 MÉTODO ABC

O método de custeio denominado de *Activity Based Costing (ABC)*, é um dos diversos métodos que as entidades podem utilizar tanto para valoração de estoques como para tomada de decisão. “Procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos” (MARTINS, 2010, p. 87). O ABC, não é como os demais métodos de custeios que enfatizam os custos para valoração de estoques, mas também dá a possibilidade de realizar

um controle de gestão de custos. Para tal, traz diversos benefícios para as entidades com fins lucrativos, pois determina o custo que os produtos valem para a empresa, todavia, as entidades públicas não têm o objetivo de obter lucro, é ele se torna essencialmente importante pelas informações que são extraídas por ele.

Nas entidades públicas o ABC traz algumas vantagens, sendo a mais importante o “fornecimento de informações de custos mais exatas que representam a realidade” (ABBAS; LEZANA; MENEZES, 2002, p. 84). Tal vantagem é importante pois os recursos que essas entidades utilizam são de caráter coletivo e estão cada vez mais limitados, devido a isso o planejamento e controle são duas ações necessárias, pois, além de assegurar a estabilidade financeira das entidades, também auxilia na tomada de decisão, evidenciando as melhores opções para um ótimo desempenho (MORAIS; SANTOS; REIS NETO, 2019)

Historicamente, o surgimento do método ABC teve como principal fator, a divisão da contabilidade gerencial da contabilidade financeira. Sendo assim, esse método utiliza direcionadores para satisfazer as necessidades que os outros métodos não apresentam com confiabilidade (ABBAS; LEZANA; MENEZES, 2002), devido a isso o método enfatiza que não é o processo de compras que consome recursos, mas as atividades que compõem que é a responsável por consumir os recursos (POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2017).

Para realizar estes consumos entre os recursos atividades e, por fim, o processo, o ABC utiliza direcionadores de custo, no qual “são ferramentas utilizadas para identificar e integrar os custos dos recursos consumidos na empresa às atividades propostas e desempenhadas pela mesma” (POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2017). Tais direcionadores, tem conceitos distintos, pois há uma segregação de direcionadores conforme sua utilidade de alocar os custos, os de primeiro estágio, também denominado de direcionadores de recursos, onde estes dão enfoque naqueles recursos que estão consumindo as atividades; e os de segundo estágio, também conhecido como direcionadores de atividades, no qual demonstram aquelas atividades que estão sendo alocadas para o processo (POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2017).

Como o produto final exige de direcionadores mencionados, deduz que tais são verdadeiras, já que seguem um conceito de causa-efeito, tal conceito é semelhante ao princípio que os custos diretos realizam. Um exemplo para ilustrar este conceito é saber o quanto um escritório de contabilidade tem de custos para realizar suas atividades, segregando entre os

departamentos que possui para atender um leque de clientes (POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2017).

O ABC, passou por diversos aperfeiçoamentos desde o método no qual é conhecido atualmente, foram divididas essas fases em três principais. A primeira é a mensuração das atividades que são classificadas como causadoras de custos (consumidoras de recursos). A segunda, identificar as atividades do processo de elaboração de produtos e serviços, com enfoque na melhoria e avaliação de desempenho (NAKAGAWA, 1994; POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2017).

A terceira fase, ocorreu devido a evolução das tecnologias que as empresas tinham que adotar para manter-se no mercado. Tem como foco os sistemas de gerenciamento, sendo implantados ao ABC, originando-se o gerenciamento baseado em atividades (ABM) (NAKAGAWA, 1994; POZZEBON; MARTINS; JEREMIAS JUNIOR, 2017).

2.2 COMPRAS/AQUISIÇÃO GOVERNAMENTAL

As aquisições que qualquer entidade que tenha caráter pública, é por meio de licitações, tendo como finalidade definir as ações que serão realizadas e prevenir as influências que a administração pode exercer (VIEIRA; ANDRADE; FERREIRA, 2018). Para tal, a elaboração possui um alto grau de responsabilidade, por não somente utilizar recursos públicos, mas para ter um alcance a transparência e atendendo a satisfação dos indivíduos que a consomem.

Inicialmente, quando foi criada a Lei n.º 8.666/1993, foi apresentada as modalidades de licitação mais conhecidas, sendo elas concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso. Contudo, com a evolução das tecnologias, foi criada a internet que veio como um viés para o Governo Federal utilizar para alcançar a melhor eficiência, apresentando “uma melhoria na qualidade dos processos e procedimento” (BARBOSA, 2015), mas apresentava uma burocracia elevada, o que acabava prejudicando a eficiência das compras públicas (ALMEIDA; SANO, 2018). Devido a estas burocracias, foi criada uma modalidade de licitação para aumentar a agilidade dos processos nas aquisições de materiais denominada de pregão com a Lei n. 10.520/2002.

A modalidade pregão, independentemente ser for eletrônico ou presencial, apresentam melhores resultados para o setor público (FARIA; FERREIRA; SANTOS; SILVEIRA, 2011),

apresentando assim uma melhoria na transparência das informações, já que trabalha com a tecnologia da informação juntamente com a internet (FARIA et al., 2011). A modalidade eletrônica tira a demora das aberturas de envelopes que eram exercidos na modalidade presencial, tornando-se um leilão propriamente dito, já que as informações são dadas em tempo real, não havendo limites para os lances (MARQUES; FONSECA, 2019).

Os administradores públicos que exercem de forma ilícita, seja por suas ações ou por má fé, formam as compras públicas seu parque de diversão, conforme Faria et al. (2011) criando um monopólio, excluindo assim as empresas que não atendem ao item da licitação, e permitindo que fornecedores escolhidos que sejam os ganhadores da licitação.

Conforme Guarido, Guarido Filho e Eberle (2017), o pregão eletrônico correspondeu a 70% do volume de compras licitadas no ano de 2012, indicando que os órgãos da Administração Pública aderiram a esta modalidade pelos benefícios que trazem sobre as informações.

2.3 ESTUDO ANTERIORES

Pesquisando em diversas bases de dados, com o objetivo de identificar se existiram pesquisas semelhantes a esse tema, não foram encontrados trabalhos que apresentavam como palavra-chave custos em um processo de compras. A pesquisa não foi exaustiva, tanto que outros trabalhos podem ter sido publicados, mas não usaram as mesmas palavras-chave. Entretanto, há pesquisas que abordam aspectos que esta pesquisa tratará, através de temas mais amplos. A respeito de compras públicas, mais precisamente sobre a Universidade Federal de Santa Catarina, foram encontrados dois trabalhos que abordavam especificamente o tema.

O primeiro trabalho tinha como objetivo geral “Definir os requisitos de informação gerencial para tomadas de decisão no DCOM, referentes ao processo de licitação de materiais de consumo” (SILVA, 2017, p. 28), entre seus objetivos específicos, tal autor descreveu as etapas para que uma compra seja realizada no âmbito da universidade e com isso identificou quais informações destas etapas são necessárias para o gestor, através de indicadores. Sua conclusão foi que alguns indicadores que o sistema que a universidade realiza, já estão prontos e acessíveis a todos que tem acesso a ele, o problema identificado era que os servidores que

estão exercendo as funções não sabiam como interpretá-los de forma clara e concisa. (SILVA, 2017).

Outro trabalho que aborda o processo de compras na UFSC, tem como objetivo geral “Analisar a gestão de processos de compras em universidades públicas no Estado de Santa Catarina” (ALVES, 2017, p. 30), dentre dos objetivos específicos, há um que envolve diretamente o objeto de estudo desta pesquisa, que é de “propor alternativas para a melhoria dos processos de compras em universidades públicas no Estado de Santa Catarina”(ALVES, 2017, p.30), este objetivo é importante, pois caso houvesse alguma mudança nas etapas de compras, haveria uma redução no custo dos processos. Ainda segundo o autor, concluiu-se que, por meio das entrevistas realizadas com os gestores universitários, foi possível visualizar o perfil que cada universidade tem com o processo de compras. Outro ponto que o autor levanta, é o comprometimento que as equipes de cada setor têm para solucionar os problemas que aparecem no meio do processo. (ALVES, 2017).

Sobre o aspecto da contabilidade de custos, sob o enfoque no setor público, foram encontrados poucos trabalhos que abordavam universidades federais como objeto de estudo. Entre os trabalhos encontrados, não abordavam as compras como componente dos custos para estudo. Um dos trabalhos que utilizaram um método de custeio em uma entidade com característica pública, tinha como objetivos específicos a “revisão conceitual dos sistemas de custeio por absorção e ABC; análise do sistema de custeio quanto ao controle e suporte para tomada de decisões” (BONACIM; ARAUJO, 2010, p. 906).

Este trabalho teve como enfoque um hospital ao invés de uma universidade federal, entretanto, por tratar-se de organizações sem fins lucrativos, há algumas semelhanças entre os estudos, sendo o principal deles o método de custeio utilizado para fins gerenciais. Tais autores, concluíram que haviam algumas dificuldades na hora da obtenção dos dados contábeis e estatísticos, os usuários que necessitavam destes serviços estão demandando níveis de desempenhos cada vez melhor, com isso, as instituições hospitalares “devem manter um nível de qualidade elevado” (BONACIM; ARAUJO, 2010, p. 928); para alcançar tal nível são consideradas algumas questões como “segurança do paciente e do trabalhador, além do tempo na fila de espera, da velocidade das respostas às necessidades e da confiabilidade no cumprimento dos prazos.” (BONACIM; ARAUJO, 2010, p. 928).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa pode-se enquadrar como uma pesquisa exploratória-descritiva, como um estudo de caso e uma pesquisa documental. No que tange a uma pesquisa exploratória, devido a sua característica de aprofundamento de uma área no qual não foi bem explorada, e com isso atribuir maiores informações sobre tal assunto (BEUREN et al., 2009). Também, essa pesquisa pode se enquadrar como uma pesquisa descritiva, já que descreverá as características das etapas do processo de compras da Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo Gil (2010) este tipo de pesquisa tem como objetivo relatar as características de determinada fenômeno e/ou população.

Para identificar as etapas de compras objeto da pesquisa, foi pesquisado em documentos internos do departamento de compras a quantidade de pregões eletrônicos pelo sistema de registro de preços no ano de 2018, tendo como órgão gerenciador a Universidade, sendo assim, não contabilizando as adesões de outros órgãos e as dispensas de licitações. A partir deste resultado, foram limitados os processos que apresentavam objetos iguais, segregando-os de acordo com seu material específico, ou seja, a amostra será composta por aqueles objetos que ocasionaram o maior número de processos de compras. Com isso, utilizando uma aleatoriedade de processos que atendessem a essas características, ficou determinado como uma amostra os seguintes processos.

Tabela 1 – Amostra de processos para análise

Processo	Pregão	Objeto
045463/2018-00	352/2018	Alimentos
063209/2018-74	467/2018	Alimentos
062599/2018-65	485/2018	Ferramentas
030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais
032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório
031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório
045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança
064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos
034479/2018-78	295/2018	Reagentes
034246/2018-75	345/2018	Reagentes
025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição
023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório
024102/2018-19	414/2018	Equipamentos de Laboratório
040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos
023145/2018-79	188/2018	Mobiliário

Fonte: DCOM (2019)

Desta forma, segundo Beuren et al. (2009), uma amostragem por tipicidade ou intencional, em que consiste em definir uma amostra com as informações que o pesquisador tem e que considere uma representação da população. Além disso, a pesquisa é enquadrada como uma pesquisa documental devido a utilização de relatórios que não foram divulgados, no qual é caracterizada pela utilização de relatórios e/ou documentos que não foram divulgados e com isso é necessárias algum assentamento, autorização, comunicação (GIL, 2010).

Para identificar as atividades que cada indivíduo realiza em cada etapa, será realizado uma entrevista com os servidores de máxima responsabilidade administrativa dos departamentos, focando naqueles que estão diretamente no processo de compras, entrevista é caracterizada pela conversa entre os indivíduos. “Acredita-se que para compreender as inquietações dos seres humanos o contato face a face é mais indicado na compreensão dos sentimentos das pessoas, no que elas creem” (BEUREN et al., 2009, p 132).

A partir da experiência vivida pelo pesquisador no setor de compras da UFSC, foram elaboradas algumas perguntas iniciais para conhecer as atividades desenvolvidas e os custos envolvidos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Perguntas Propostas

- 1) Quanto tempo leva para você realizar as atividades relacionadas ao processo de compras?
- 2) Quais utensílios/equipamentos você utiliza para realizar estas atividades?
- 3) Nestes processos, houve algum que demandou algum tempo a mais devido a alguma dificuldade?
- 4) Você pratica outra atividade que não esteja relacionada com o processo de compras? Esta atividade demanda mais tempo ou menos em relação as compras?

Fonte: Elaborado pelo autor

As perguntas do quadro 1 foram objeto de uma entrevista teste com um servidor que está relacionado totalmente com a licitação de compras na Universidade Federal de Santa Catarina, e com isso, foi constatado que tais perguntas são as fundamentais para que o pesquisador consiga obter alguns dados que sejam relevantes para apurar os custos em cada etapa da licitação.

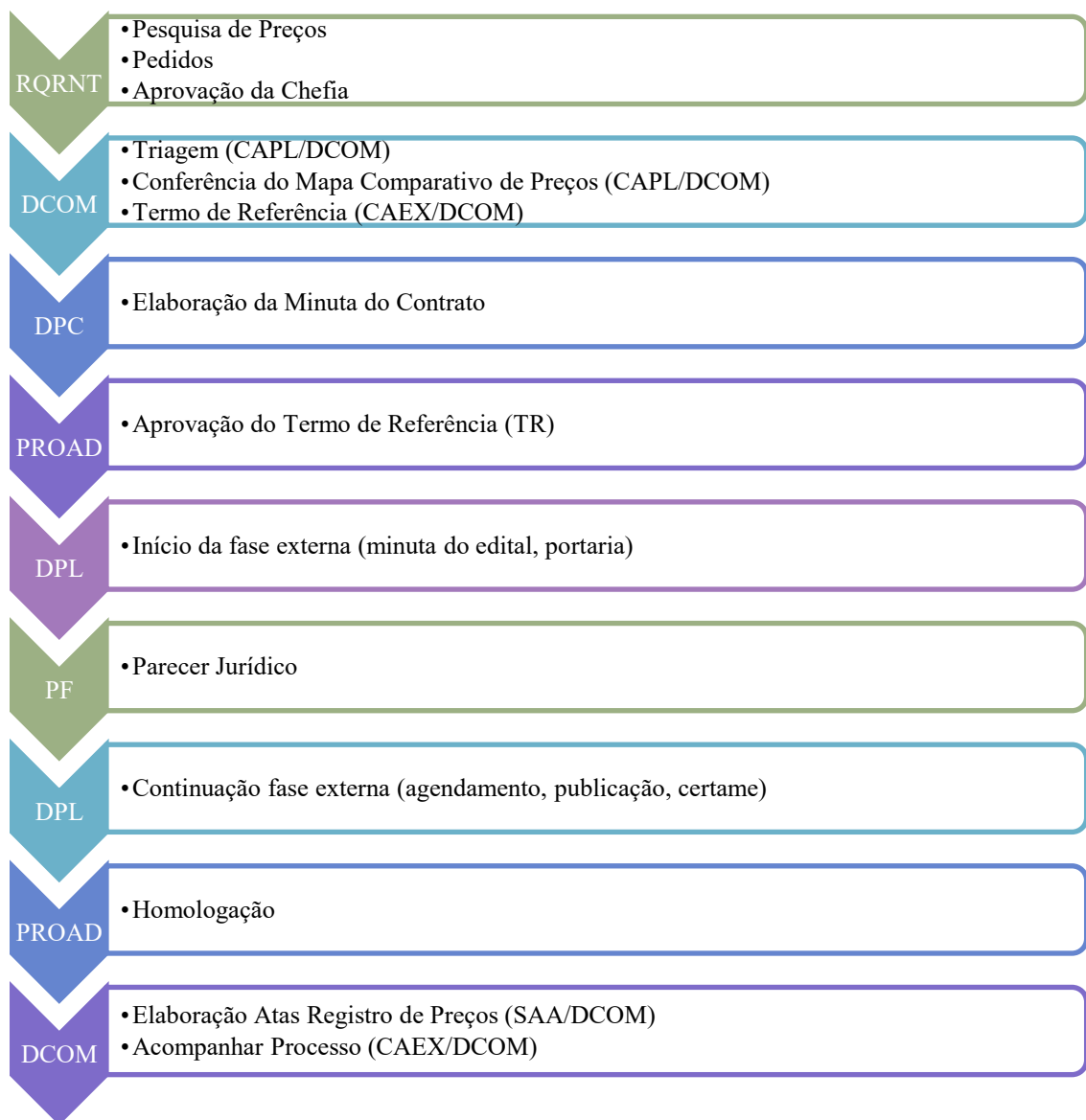
Além destas informações que serão coletadas nas entrevistas, houve a coleta de dados em sites como o Portal de Transparência, devido às limitações do entrevistado em revelar dados pessoais, como por exemplo o salário e suas gratificações, para compor o custo dos processos. Tais perguntas, são enquadradas como entrevistas com roteiro semiestruturado, nos quais as perguntas propostas são abertas no sentido de não haver uma resposta estruturada, “possibilita que o informante use toda sua criatividade e espontaneidade, valorizando mais a investigação” (BEUREN et al., 2009, p. 133)

Como o campo de aplicação deste estudo é uma Universidade Federal de Santa Catarina, tal pesquisa pode ser considerada como um estudo de caso que tem como principal característica o estudo concentrado em um único caso. “Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico” (BEUREN et al., 2009, p.84).

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Em todas as entidades, sendo elas públicas ou privadas, há certas etapas que são realizadas para a aquisição de materiais, na Universidade Federal de Santa Catarina, não é diferente por se tratar da sua característica.

Figura 1 – Fluxograma do processo de compras



Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Manual de Compras (UFSC, 2019)

Entretanto, antes da primeira etapa, o DCOM realiza algumas atividades, intercalando com as unidades requerentes, que foram adotadas nesse ano para reduzir o número de processos e agilizar a elaboração das compras da instituição.

Tabela 2 – Etapa de Compras não listada no Fluxograma

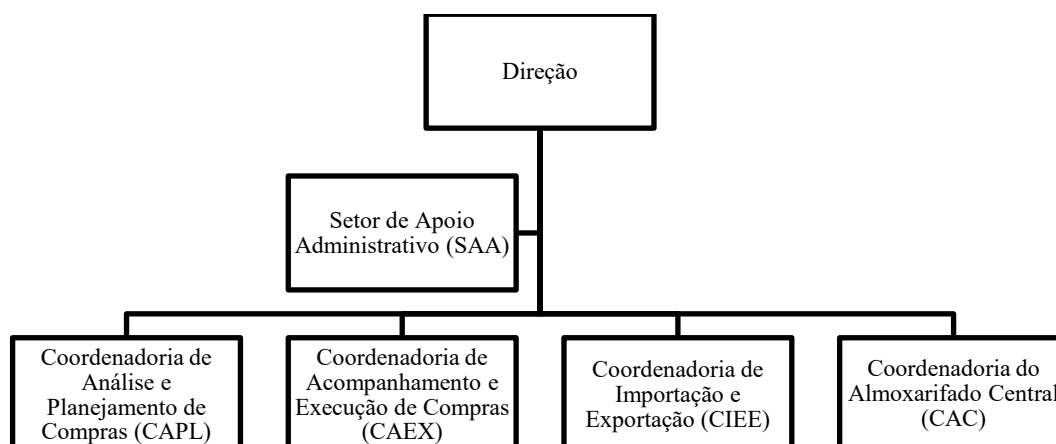
Atividade	Responsável
Definição das listas fechadas de itens	DCOM
Inserção das demandas nas listas fechadas e abertas pelas Unidades requerentes	Unidades
Consolidação das demandas solicitadas	DCOM
Ciência e aprovação das demandas consolidadas	Unidades
Geração dos processos	DCOM
Divisão das tarefas de orçamentação	DCOM
Execução das tarefas conforme divisão	Unidades

Fonte: Manual de Compras (2019)

4.1 DEPARTAMENTOS DE COMPRAS (DCOM)

Este departamento localizado na Reitoria II da Universidade Federal de Santa Catarina tem trabalhando nele 17 servidores, excluído aqueles servidores do Almojarifado Central, segregados em 5 subdivisões, sendo elas: Direção; Setor de Apoio Administrativo (SAA); Coordenadoria de Análise e Planejamento de Compras (CAPL/DCOM); Coordenadoria de Acompanhamento e Execução de Compras (CAEX/DCOM) e Coordenadoria de Importação e exportação (CIE).

Quadro 2 – Organograma DCOM



Fonte: Departamento de Compras (2019)

A primeira etapa de uma licitação de compras, antes mesmo de realizar o primeiro passo do fluxograma, é a CAPL que realiza periódica e concomitantemente com as unidades requerentes, tal atividade demanda 47 dias para ser concretizada, sendo apenas 30 dias sob a responsabilidade do DCOM, e os 17 dias restantes para as unidades requeredoras, exceto caso haja algum atraso por parte da unidade requerente por não conseguir realizar a atividade na data corretamente.

Para mensurar o custo, é necessário entender quais equipamentos que os servidores desta utilizam a fim de utilizar a depreciação, ou parte dela, para mensurar o custo, e seus salários para compor sua mão de obra direta. Entretanto, como foi solicitado aos participantes a lista de itens que estão em seus nomes e apresentam vários objetos que não apresentam uma diferença concreta entre valores históricos e valores contábeis, será apenas considerado o salário bruto dos servidores que participam nestes processos de compras, sem adicionais.

Na tabela 3, evidenciará os salários brutos de todos os servidores que constam nas coordenadorias descritas anteriormente no mês de dezembro de 2018.

Tabela 3 – Salários dos Servidores (DCOM)

Servidor	Remuneração em R\$
Servidor 1	8.548,45
Servidor 2	4.962,47
Servidor 3	3.763,78
Servidor 4	6.181,71
Servidor 5	4.892,73
Servidor 6	4.679,12
Servidor 7	4.334,44
Servidor 8	6.301,46
Servidor 9	5.890,17
Servidor 10	4.637,02
Servidor 11	3.058,70
Servidor 12	4.574,28
Servidor 13	5.779,25
Servidor 14	3.412,33
Servidor 15	4.367,51
Servidor 16	5.779,25
Servidor 17	3.564,51
Média	4.983,95

Fonte: Portal da Transparência (2019)

Observa-se na Tabela 3 a média salarial dos servidores do DCOM é R\$ 4.983,95, sendo os maiores valores salariais de R\$ 8.548,45 e R\$ 6.301,46 e os de menor valor salarial R\$ 3.058,70 e R\$ 3.412,33. Com a informação da média salarial, sabe-se que o valor de custo que foi consumido apenas nessa primeira etapa foi de R\$ 4.983,95, pois este valor é a média salarial mensal.

Após esta etapa, a CAPL realiza outras duas atividades para a elaboração do processo de compras, sendo a Triagem, etapa que consiste em analisar as demandas de cada requerente e assim realizar o agrupamento de itens semelhantes a fim de formar uma “família”. A segunda atividade que realiza nesta etapa, é a de Conferência do Mapa Comparativo de Preços, no qual resume-se em analisar as propostas de preços que os requerentes pesquisaram, sobre o item em questão, para iniciar de fato o processo de compras na UFSC. Tais atividades, em média são realizadas em uma semana, entretanto, há casos que é necessário prorrogar este tempo. Na Tabela 4, evidenciará o tempo que demandou cada processo retirado da amostra.

Tabela 4 - Custo por Processo na etapa de Triagem e Comparação de Mapa Comparativo

Mês	Total de Processos	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processos de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro	3	0	0,00%	24.919,75	0,00	0,00
Fevereiro	2	0	0,00%	24.919,75	0,00	0,00
Março	28	0	0,00%	24.919,75	0,00	0,00
Abril	45	4	8,89%	24.919,75	2.215,09	553,77
Mai	75	8	10,67%	24.919,75	2.658,11	332,26
Junho	85	7	8,24%	24.919,75	2.052,21	293,17
Julho	64	3	4,69%	24.919,75	1.168,11	389,37
Agosto	39	1	2,56%	24.919,75	638,97	638,97
Setembro	34	3	8,82%	24.919,75	2.198,80	732,93
Outubro	17	1	5,88%	24.919,75	1.465,87	1.465,87
Novembro	4	0	0,00%	24.919,75	0,00	0,00
Dezembro	0	0	0,00%	24.919,75	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

O custo total representa ao número de servidores realizam estas atividades, nesta atividade é desempenhada por cinco servidores que realizam está atividade, para tal seu custo

total é de R\$ 24.919,75 (5 x R\$ 4.983,95). Os processos da amostra, passaram pelo Departamento de Compras nos meses de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro.

O custo total é composto pelo número de servidores que trabalham naquele setor que é desenvolvido a atividades em questão, pela multiplicação do salário médio do departamento ao todo, com base nisso, os custos dessa atividade dos processos selecionados são evidenciados na tabela 5.

Tabela 5 – Custos dos processos da amostra (Triagem e Mapa Comparativo)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 389,37
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 732,93
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 2.198,80
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 625,43
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 625,43
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 625,43
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 1.028,34
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 732,93
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 625,43
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 625,43
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 1.179,20
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 553,77
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.236,31
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 293,17
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 886,03

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos processos analisados, os processos 23080.062599/2018-65, 23080.045549/2018-13, 23080.025228/2018-01 e 23080.024102/2018-41 tiveram um valor de custo considerado alto em relação aos outros processos, tal fato ocorreu devido a que estes processos ocuparam mais de um mês nesta atividade na Coordenadoria de Análise e Planejamento de Compras.

Segregando os processos entre aqueles materiais que são enquadrados como materiais de consumo e materiais, os de consumo tiver um custo total no valor de R\$ 8.209,52 e R\$ 4.148,48. Com isso, é nítido que os materiais que tem características do consumo rápido, tem um custo de 97,89% a mais que os de caráter permanente.

Após essa atividade, que são realizadas na CAPL, as licitações transitam para outra coordenadoria, denominada Coordenadoria de Acompanhamento e Execução de Compras

(CAEX), esta coordenadoria realiza os Termos de Referência para que possa levada adiante a licitação.

Tabela 6 – Custo por Processo na etapa do Termo de Referência

Mês	Total de Processos	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processo de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro	2	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Fevereiro	4	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Março	12	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Abril	49	1	8,89%	14.951,85	1.329,22	1.329,22
Maiο	44	3	10,67%	14.951,85	1.595,36	531,79
Junho	77	6	8,24%	14.951,85	1.232,03	205,34
Julho	73	8	4,69%	14.951,85	701,24	87,66
Agosto	47	3	2,56%	14.951,85	382,77	127,59
Setembro	30	1	8,82%	14.951,85	1.318,75	1.318,75
Outubro	37	4	5,88%	14.951,85	879,17	219,79
Novembro	10	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Dezembro	3	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta atividade, é desempenhada por até três servidores, sendo mais comumente apenas dois realizando-as no cotidiano, com isso o custo total totalizou R\$ 14.951,85 (3 x R\$ 4.983,95)

A elaboração dos termos de referência pode se enquadrar um gargalo que o DCOM tem na elaboração do processo de compras, um dos fatores que isso ocorre é devido a poucos servidores que realizam esta atividade, se comparada com as atividades evidenciadas anteriormente, que havia mais pessoas trabalhando naquilo que fazia o andamento dos processos. Outro ponto que é influenciado neste aumento é que estes servidores que elaboram os TR, também executam outra atividade que, segundo o Coordenador da CAEX, explicitou que a atividade de Adesão demanda 62,50% do tempo destes servidores. Atribuindo os custos aos processos da amostra, tem-se os valores na Tabela 7.

Tabela 7 – Custos dos processos da amostra (Termo de Referência)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 531,79
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.861,01
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 205,34
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 87,66
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 293,00
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 824,79
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 293,00
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 293,00
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 293,00
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 215,25
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.534,00
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 219,79
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 219,79
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 219,79
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 347,38

Fonte: Elaborado pelo autor

Após todos os tramites entre os departamentos, os processos de compras voltam novamente ao DCOM para finalização e posteriormente a permissão para que os requerentes possam adquirir aquilo que foi apurado nesta etapa toda, isto é, o pregão fica disponível para compra.

Quando o processo volta, ele passa pelo setor que é responsável pela criação das atas de registro de preços, estas atas relatam o ganhador do pregão, juntamente com o preço ofertado e a quantidade disponível pela compra, bem como todos os dados do fornecedor ganhador.

Tabela 8 – Custo por processo na etapa de Atas de registro de preços

Mês	Total de Processos	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processo de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro (2019)	37	3	8,11%	9.967,90	808,21	269,40
Fevereiro (2019)	14	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Março (2019)	2	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Março (2018)	2	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Abril (2019)	1	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Abril (2018)	8	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Mai (2018)	25	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Junho (2018)	36	0	0,00%	9.967,90	0,00	0,00
Julho (2018)	43	1	2,33%	9.967,90	231,81	231,81
Agosto (2018)	69	6	8,70%	9.967,90	866,77	144,46
Setembro (2018)	75	5	6,67%	9.967,90	664,53	132,91
Outubro (2018)	65	2	3,08%	9.967,90	306,70	153,35
Novembro (2018)	66	5	7,58%	9.967,90	755,14	151,03
Dezembro (2018)	35	3	8,57%	9.967,90	854,39	284,80

Fonte: Elaborado pelo autor

A atividade de atas de registros de preços é realizada por dois servidores, para tal o custo total atrelado a atividade é de R\$. 9.967,90 (2 x R\$ 4.983,95). Como houve muito retrabalho em certos processos, alguns da amostra foram terminados apenas no ano de 2019. Atribuindo os custos para os processos da amostra, tem-se os valores da tabela 9.

Tabela 9 – Custos dos processos da amostra (Atas de registro de preços)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 231,81
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 144,46
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 144,46
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 277,37
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 277,37
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 151,03
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 277,37
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 277,37
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 437,29
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 304,38
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 151,03
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 151,03
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 554,20
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 554,20
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 554,20

Fonte: Elaborado pelo autor

Após esta etapa, o pregão fica disponível para compra e os requerentes podem usufruir da quantidade desejada para atender suas demandas internas. Esta atividade de acompanhar os empenhos é realizada por outro setor do DCOM.

Tabela 10 – Custo por processo na etapa de Acompanhar de Processo

Mês	Total de Processos	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processo de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro (2019)	17	2	11,76%	14.951,85	1.759,04	879,52
Fevereiro (2019)	13	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Março (2019)	61	5	8,20%	14.951,85	1.225,56	245,11
Março (2018)	1	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Abril (2019)	2	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Maio	11	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Junho	21	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Julho	2	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00
Agosto	11	1	9,09%	14.951,85	1.359,26	1.359,26
Setembro	26	1	3,85%	14.951,85	575,07	575,07
Outubro	38	5	13,16%	14.951,85	1.967,35	393,47
Novembro	64	1	1,56%	14.951,85	233,62	233,62
Dezembro	2	0	0,00%	14.951,85	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

A atividade de acompanhamento de processo é exercida por até três servidores, sendo mais comumente exercido por dois servidores, para tal seu custo total é de R\$ 14.951,85 (3 x 4.983,95). Atribuindo os custos aos processos da amostra, tem-se os valores na Tabela 11.

Tabela 11 – Custos dos processos da amostra (Acompanhar Processo)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 1.359,26
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 393,47
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 393,47
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 575,07
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 393,47
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 879,52
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 393,47
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 393,47
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 233,62
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 245,11
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 879,52
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 245,11
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 245,11
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 245,11
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 245,11

Fonte: Elaborado pelo autor

O pregão 188/2018 foi aquele que obteve um custo elevado devido a sua complexidade, pois abrange muitos itens que precisam ser detalhados e muitas vezes difíceis de encontrar.

4.2 DEPARTAMENTO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

O Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (DPC) é um dos departamentos que está ligado a Pró-Reitoria de Administração da UFSC, é composto por diversas coordenadorias distintas, mas com algumas atividades em comum, como por exemplo na elaboração de Contratos para toda a universidade.

Muitos dos materiais que são comprados, não precisam passar por este departamento, pois alguns deles são comprados diversas vezes ao ano, segundo o diretor do DPC, que explica “que para que o processo passe por lá, uma das características é que deve ser um processo que tenha vários requerentes em localidades diversas, ou fator que implica somente neste ano, a passagem por este departamento é o valor do item comprado ser superior ao valor de R\$ 80.000,00”.

Este departamento tem algumas atribuições nos quais eles devem seguir; no site eletrônico, as atribuições ao DPC são mostradas no Quadro 3.

Quadro 3 – Atribuições ao Departamento de Projetos, Contratos e Convênios

- Promover e manter condições para o desenvolvimento das atividades das Coordenadorias subordinadas ao Departamento
- Manter relacionamento próximo com o Departamento de Inovação Tecnológica visando preservar a propriedade intelectual
- Estabelecer vínculos fortes com as Fundações de Apoio objetivando amparar a administração de projetos
- Atuar como intermediador e facilitador entre servidores, laboratórios e centros de ensino da UFSC e as instituições e empresas externas, de forma a permitir a efetivação de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão
- Operar internamente junto à administração da UFSC, garantindo que todas estas atividades sejam realizadas conforme seus estatutos e regimentos
- Atuar em projetos institucionais relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico e que envolvam instituições e/ou empresas externas
- Elaborar relatórios objetivando suprir as demandas de controle das atividades
- Disponibilizar informações necessárias para concepção de ferramentas de TI (Tecnologia da Informação)
- Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Pró-Reitor de Administração

Fonte: Dados extraídos do sitio eletrônico do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (2019)

A tabela 12, evidencia o custo que será atribuído aos processos por sua mão de obra, com base nos salários dos servidores que executam algumas ações que ocasionam um aumento deste valor. Há uma limitação nesta coleta, pois não é deixado claro o número exato de servidores que trabalham no setor, para tal foi utilizado somente os que constam no sitio eletrônico.

Tabela 12 – Salários dos Servidores (DPC)

Servidor	Remuneração em R\$
Servidor 18	10.020,44
Servidor 19	3.998,03
Servidor 20	6.638,36
Servidor 21	4.977,39
Servidor 22	7.237,79
Média	6.574,40

Fonte: Elaborado pelo autor

Em entrevista com o gestor deste departamento, informou que o tempo que é demandado e efetivado para a elaboração da minuta de contrato é de 1 hora no máximo.

Tabela 13 – Custo por Processo na etapa de Elaboração da Minuta de Contrato

Mês	Total de Processos	Total de Processos de Compras	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processo de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro	2	1	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Fevereiro	3	1	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Março	3	1	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Abril	7	5	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Mai	14	12	1	7,14%	6.574,40	469,60	469,60
Junho	6	4	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Julho	6	4	1	16,67%	6.574,40	1.095,73	1.095,73
Agosto	3	1	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Setembro	4	2	1	25,00%	6.574,40	1.643,60	1.643,60
Outubro	3	1	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Novembro	2	0	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00
Dezembro	2	0	0	0,00%	6.574,40	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Esta atividade é realizada por apenas um único servidor, então foi atribuído a remuneração média como custo aos processos, para tal resultou em R\$ 6.574,40. A tabela 13 evidencia que somente alguns processos obtiveram em seu termo de referência um montante acima de R\$ 80.000,00, desse modo, apenas 3 processos de compra obtiveram seus custos aumentados nesta etapa. Os materiais de equipamentos de laboratórios e gases industriais e medicinais são os que entram neste critério.

Por ser tratar de um departamento a parte e não tendo seus controles internos, foi estimado o número mensal de processos a parte daqueles provenientes às aquisições de materiais, atribuindo um total de 2 processos a mais.

Tabela 14 – Custo dos processos da amostra (Elaboração da Minuta do Contrato)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 0,00
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 469,60
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 0,00
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 0,00
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 0,00
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 0,00
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 0,00
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 1.095,73
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 0,00
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 0,00
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.643,60
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 0,00
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 0,00
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 0,00
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Pró-reitora de Administração (PROAD), é um departamento da mais alta administração da universidade, também localizada na Reitoria II, para tal, tem o objetivo de ajudar os reitores da universidade nas atividades executivas da área administrativa, focando nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Compete este departamento realizar algumas ações para a Universidade Federal de Santa Catarina. No Quadro 5, estão as atribuições que foram postas.

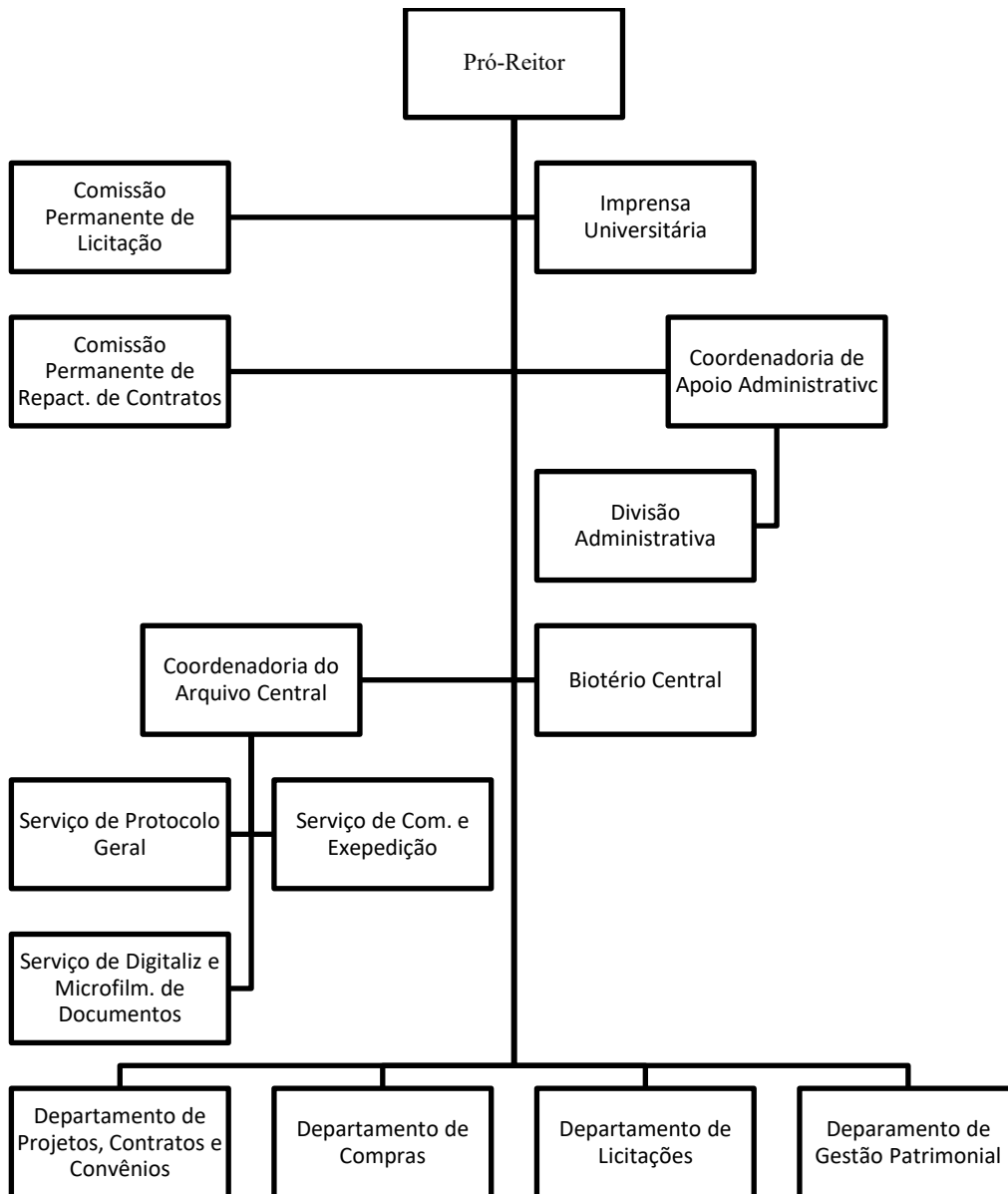
Quadro 4 – Atribuições ao PROAD/UFSC

- Coordenar e acompanhar a execução das ações relativas à política de administração da UFSC, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- Propor e acompanhar a execução da política de gestão da Universidade, no que se refere a:
- Execução das rotinas administrativas atreladas aos processos da gestão patrimonial, serviços de compras e licitações, pactuação de contratos administrativos, concessões e convênios, abertura de processos, recebimentos e expedição de correspondências, prestação de serviços gráficos, manutenção do Biotério Central, objetivando viabilizar a adequada consecução das atividades finalísticas da instituição;
- Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor

Fonte: Dados extraídos do sitio eletrônico da Pró-Reitoria de Administração (2021)

Para ilustrar melhor estas atribuições, a PROAD disponibiliza um organograma de suas supervisões e quais setores da UFSC é abrangido. Os departamentos que os processos de compras transitam, aparecem no fundo do organograma.

Quadro 5 – Organograma da Proad/UFSC



Fonte: Extraído do Site da Pró-Reitoria de Administração (UFSC, 2021)

Exercendo duas atividades, a PROAD é o departamento que realiza mais rapidamente dos demais sendo explicado pelo motivo de ser apenas um servidor realiza-las de maneira eficiente, no qual segundo o mesmo, diz que demora em média 25 minutos.

A primeira atividade que é exercida por este servidor é a de aprovação do Termo de referência elaborado por outro servidor de outro departamento, consiste mais numa verificação de todos os tramites e caso haja algum empecilho, o seu ajuste imediato. Posterior a verificação,

o servidor assina e assim encaminha o processo adiante. Para tal, foi atribuindo o valor de R\$ 15.882,74 como mão de obra.

Tabela 15 – Custo por processo na Aprovação do Termo de Referência

Mês	Total de Processos	Total de Processos de Compras	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processo de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro	3	1	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Fevereiro	12	5	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Março	24	11	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Abril	49	28	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Maiο	56	27	2	3,57%	15.882,74	567,24	283,62
Junho	52	32	1	1,92%	15.882,74	305,44	305,44
Julho	107	60	6	5,61%	15.882,74	890,62	148,44
Agosto	68	32	1	1,47%	15.882,74	233,57	233,57
Setembro	45	19	1	2,22%	15.882,74	352,95	352,95
Outubro	67	31	4	5,97%	15.882,74	948,22	237,06
Novembro	25	7	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Dezembro	15	4	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

O mês que apresentou um maior número de processos foi no mês de julho, sendo de 107 processos dentre as duas atividades desse setor, entretanto 60 foram apenas exercendo esta análise nos TR. Atribuindo estes valores aos processos, apenas nesta etapa, tem-se os valores da Tabela 16.

Tabela 16 – Custo por processos da amostra (Aprovação do Termo de Referência)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.045463/2018-00	188/2018	Mobiliário	R\$ 283,62
23080.063209/2018-74	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 283,62
23080.062599/2018-65	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 305,44
23080.030358/2018-57	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 148,44
23080.032864/2018-81	295/2018	Reagentes	R\$ 148,44
23080.031108/2018-34	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$148,44
23080.045549/2018-13	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 148,44
23080.064982/2018-58	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 148,44
23080.034479/2018-78	345/2018	Reagentes	R\$ 148,44
23080.034246/2018-75	352/2018	Alimentos	R\$ 233,57
23080.025228/2018-01	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 352,95
23080.023908/2018-81	467/2018	Alimentos	R\$ 237,06
23080.024102/2018-41	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 237,06
23080.040425/2018-41	485/2018	Ferramentas	R\$ 237,06
23080.023145/2018-79	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 237,06

Fonte: Elaborado pelo autor

Outra atividade que este mesmo servidor exerce é também uma verificação, após a fase externa, e consiste em realizar a mesma metodologia e com isso dar seu aceite através da assinatura.

Tabela 17 – Custo por processo na Homologação

Mês	Total de Processos	Total de Processos de Compras	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processos de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro	3	0	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Fevereiro	12	0	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Março	24	8	0	0,00%	15.882,74	0,00	0,00
Abril	49	15	1	2,04%	15.882,74	324,14	324,14
Mai	56	28	1	1,79%	15.882,74	283,62	283,62
Junho	52	16	6	11,54%	15.882,74	1.832,62	305,44
Julho	107	41	1	0,93%	15.882,74	148,44	148,44
Agosto	68	34	4	5,88%	15.882,74	934,28	233,57
Setembro	45	20	1	2,22%	15.882,74	352,95	352,95
Outubro	67	34	3	4,48%	15.882,74	711,17	237,06
Novembro	25	13	1	4,00%	15.882,74	635,31	635,31
Dezembro	15	9	1	6,67%	15.882,74	1.058,85	1.058,85

Fonte: Elaborado pelo autor

Tanto o custo total da atividade de Aprovação do Termo de Referência como na Homologação, é exercida por apenas um servidor, então foi atribuído ao custo sua remuneração no montante de R\$ 15.882,74.

Tabela 18 – Custo por processo da amostra (Homologação)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 283,62
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 233,57
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 0,00
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 148,44
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 625,43
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 1.179,20
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 625,43
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 625,43
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 625,43
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 389,37
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.236,31
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 732,93
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 732,93
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 2.198,80
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 1.028,34

Fonte: Elaborado pelo autor

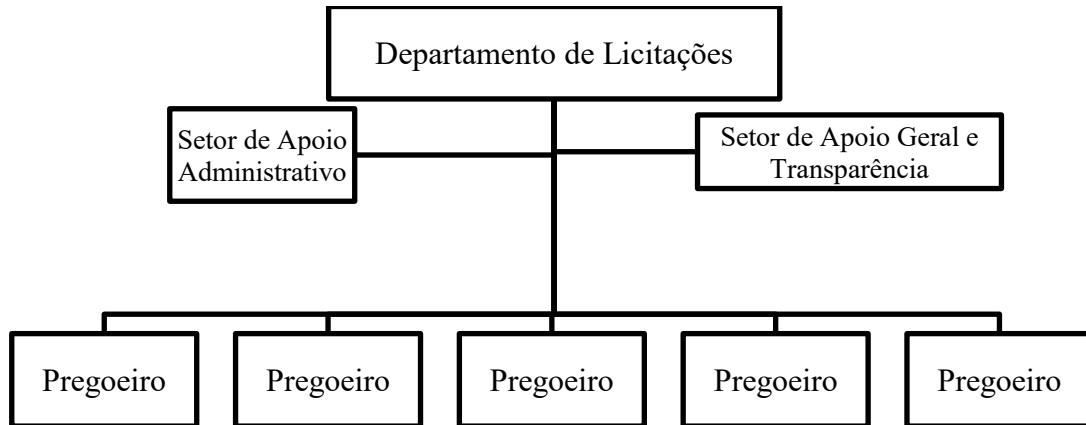
Nesta etapa, o processo 23080.031108/2018-34 não há registros que passou neste departamento, sendo assim não houve nenhum custo atrelado a ele. Dentre os processos, pode-se destacar o 23080.062599/2018-65 que apresentou um custo de R\$ 2.198,80, devido a suas várias transições entre os departamentos que realizam as atividades anteriores e conseqüentemente, seu custo foi aumentado.

4.4 DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

O departamento de licitações está localizado na Reitoria II da Universidade Federal de Santa Catarina, este departamento é responsável pela fase externa dos processos de compras da UFSC. Começou em 2014, através da portaria nº. 126/2014/GR, sendo um dos departamentos adjuntos a Pró-reitora de Administração. Tem como atribuição o identificar e definir a

modalidade mais apropriada para a licitação da instituição, a partir dos autos dos processos, à elaboração das minutas dos editais, executando a fase externa das licitações.

Quadro 6 – Organograma do Departamento de Licitações



Fonte: Extraído do sitio eletrônico do Departamento de Licitações (UFSC, 2019d)

Com esta fase externa é algo que o Departamento de Licitações (DPL) não consegue controlar o tempo todo, os processos de compras podem demandar mais tempo que o previsto no planejamento; um dos motivos é a agenda do pregoeiro escolhido, muitas vezes não há um tempo para que ele exerça esta atividade para dar continuidade as outras.

Tabela 19 – Salários dos Servidores (DPL)

Servidor	Remuneração (em R\$)
Servidor 23	3.687,42
Pregoeiro 7	4.814,23
Pregoeiro 4	5.617,60
Pregoeiro 6	5.755,98
Servidor 24	5.937,96
Pregoeiro 1	6.091,13
Pregoeiro 3	6.981,46
Pregoeiro 8	7.464,60
Pregoeiro 5	9.219,84
Pregoeiro 2	9.380,29
Servidor 25	11.108,16
Servidor 26	12.542,30
Servidor 27	12.819,37
Média	7.801,56

Fonte: Portal da Transparência

Com Tabela 19, o custo de mão de obra direta média deste departamento é de R\$ 7.801,56 ao mês. Os salários são compostos por Servidores que trabalham e pregoeiros que realizam o registro de lances que os fornecedores dão no dia do “leilão”, há uma grande discrepância entre os valores salariais, nos quais variam de R\$ 3.687,42 até R\$ 12.819,37.

Tabela 20 - Custo por Processo na etapa Externa do Processo de Compras

Mês	Total de Processos	Total de Processos de Compras	Processos da Amostra	%	Custo Total (em R\$)	Custo dos Processos de Amostra (em R\$)	Custo Por Processo (em R\$)
Janeiro	2	1	0	0,00%	23.404,68	0,00	0,00
Fevereiro	6	4	0	0,00%	23.404,68	0,00	0,00
Março	16	14	0	0,00%	23.404,68	0,00	0,00
Abril	38	36	0	0,00%	23.404,68	0,00	0,00
Mai	56	54	2	3,57%	23.404,68	835,88	417,94
Junho	73	71	3	4,11%	23.404,68	961,84	320,61
Julho	105	103	8	7,62%	23.404,68	1.783,21	222,90
Agosto	111	109	9	8,11%	23.404,68	1.897,68	210,85
Setembro	76	74	3	3,95%	23.404,68	923,87	307,96
Outubro	72	70	7	9,72%	23.404,68	2.275,46	325,07
Novembro	44	42	2	4,55%	23.404,68	1.063,85	531,92
Dezembro	33	31	3	9,09%	23.404,68	2.127,70	709,23

Fonte: Elaborado pelo autor

Está fase externa é composta por cinco atividades, nos quais estão descritas na Figura 1. Nesta situação, foi estipulado uma média de três servidores que realizam e com isso totalizando um custo total de R\$ 23.404,68 (3 x R\$ 7.801,56).

Pela Tabela 20, observa-se que há um certo acúmulo de processos a partir do mês de julho e agosto, um período típico nos departamentos. Este período é importante, pois o Departamento de Compras da UFSC (DCOM), possui um calendário que termina no mês de setembro e pedem para que não deixe para última hora, ocasionando uma possível perda de informações.

Tabela 21 – Custo dos processos da amostra (Fase Externa)

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.045463/2018-00	188/2018	Mobiliário	R\$ 738,55
23080.063209/2018-74	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.172,31
23080.062599/2018-65	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 754,37
23080.030358/2018-57	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 433,75
23080.032864/2018-81	295/2018	Reagentes	R\$ 433,75
23080.031108/2018-34	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 1.066,78
23080.045549/2018-13	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 433,75
23080.064982/2018-58	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 433,75
23080.034479/2018-78	345/2018	Reagentes	R\$ 741,71
23080.034246/2018-75	352/2018	Alimentos	R\$ 535,92
23080.025228/2018-01	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 1.164,95
23080.023908/2018-81	467/2018	Alimentos	R\$ 856,99
23080.024102/2018-41	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 1.034,30
23080.040425/2018-41	485/2018	Ferramentas	R\$ 1.034,30
23080.023145/2018-79	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 1.034,30

Fonte: Elaborado pelo autor

Os processos que permaneceram neste setor não são necessariamente aqueles que estão com os maiores custos, isto é, neste departamento a relação entre custo e tempo na elaboração não estão relacionados. Dentre os processos da amostra, o processo 23080.063209/2018-74 é aquele que recebeu o maior custo no montante de R\$ 1.172,31.

Com todos os resultados computados e calculados, pode-se afirmar que os processos da amostra possuem os custos, desde seu início, destacados na Tabela 22.

Tabela 22 – Custos totais dos processos da amostra

Processo	Pregão	Objeto	Custo
23080.023145/2018-79	188/2018	Mobiliário	R\$ 3.818,02
23080.023908/2018-81	192/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 5.290,97
23080.031108/2018-34	227/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 4.001,88
23080.040425/2018-41	273/2018	Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.296,16
23080.034479/2018-78	295/2018	Reagentes	R\$ 2.796,89
23080.025228/2018-01	302/2018	Aparelhos de Medição	R\$ 4.875,19
23080.032864/2018-81	316/2018	Materiais de Laboratório	R\$ 3.199,80
23080.030358/2018-57	342/2018	Gases Industriais e Medicinais	R\$ 4.000,12
23080.034246/2018-75	345/2018	Reagentes	R\$ 3.104,92
23080.045463/2018-00	352/2018	Alimentos	R\$ 2.549,03
23080.024102/2018-41	414/2018	Equipamentos de Laboratório	R\$ 8.141,56
23080.063209/2018-74	467/2018	Alimentos	R\$ 2.996,68
23080.064982/2018-58	475/2018	Materiais Odontológicos	R\$ 4.259,70
23080.062599/2018-65	485/2018	Ferramentas	R\$ 4.782,43
23080.045549/2018-13	487/2018	Materiais de Proteção e Segurança	R\$ 4.332,42

Fonte: Elaborado pelo autor

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como principal questão responder o seguinte questionamento qual o custo do processo de compras, na modalidade pregão Sistema de Registro de Preços (SRP), da Universidade Federal de Santa Catarina? Para responder, foram coletadas algumas informações dos setores que estão na Reitoria II para observar como as atividades são executadas, e utilizado um controle interno do Departamento de Compras para acompanhar os passos de cada processo.

No que tange ao objetivo geral deste trabalho, avaliar o custo que a Universidade Federal de Santa Catarina tem no processo de compras na modalidade pregão Sistema de Registro de Preços (SRP) foi utilizado apenas a mão de obra utilizada para a confecção de cada atividade, pois os demais valores de custos não eram muito expressivos ou não possuíam informações suficientes para a agregar aos processos.

Para identificar os passos que compõem uma licitação de compras de materiais na modalidade pregão pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) foi feita uma entrevista juntamente com o supervisor do departamento vigente, e através das perguntas foi entendido os passos que são realizados no departamento. No DPL, foi realizado uma entrevista com um supervisor que já atuou na área, substituindo-o em período de férias.

O objetivo de realizar um levantamento em cada setor relativo as compras, para apuração de custos conforme a características do material, juntamente a esta entrevista, foi pedido ao supervisor o inventário que constava no nome dele, para que se pudesse obter os valores dos mobilizados que utilizam, entretanto, por não obter um valor expressivo, foi descartado posteriormente, e utilizado somente a mão de obra.

Para comparar as diferenças de custos das compras dos produtos de caráter permanente com os de caráter de consumo rápido entre as apurações, foi identificado na amostra 10 pregões de produtos de consumo rápido, e 5 de produtos de caráter permanente. O total de custos que a Universidade Federal de Santa Catarina teve na elaboração dos dez pregões de consumo rápido foi de R\$ 36.023,87 e em contrapartida o custo dos produtos de caráter permanente foi de R\$ 24.421,90, podendo ser explicado pela própria nomenclatura que é utilizada pelos servidores que executam estas atividades, os materiais de consumo rápido sempre estão comprando com frequências muito maiores que os demais.

Conclui-se então que a Universidade Federal de Santa Catarina obteve como custos na elaboração de 15 processos o montante de R\$ 60.445,77. O departamento que mais atribui os custos aos processos pelo número de atividades é o Departamento de Compras, elaborando 5 atividades, entretanto o que custa um valor maior é o departamento de Licitações, por envolver agentes externos e não podendo controlá-los, e conseqüentemente, a atribuição de um gargalo no processo. A média de um processo de compras é de R\$ 4.029,72 para todas as ações.

5.1 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Através das literaturas sobre assunto da contabilidade de custos, gerenciais e controladoria, para a apuração de custos de uma determinada atividade ou produto, deve-se analisar o esforço humano em realizar tais atividades e máquinas que a auxiliaram para que possam fazer o mesmo. Nos departamentos de compras, os servidores utilizam diversos materiais que são usados para que possa dar a continuidade nos processos.

Ao analisar os valores que estão contabilizados no sistema de controle da UFSC, foi verificado que o custo de depreciação não afetaria significativamente na decisão sobre imobilizado na compra dos materiais, já que apresentaria um aumento de custos em centavos. Entre outras limitações, há alguns mobilizados que não possuem seu valor residual no mesmo sistema.

O processo de compras antes de 2019, começava pelas unidades requerentes e transitavam pelos setores. Estes valores não foram atribuídos, um dos motivos é pelo número muito grande que a UFSC tem de requerentes e não seria possível a apuração dos valores.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para novos estudos sobre o tema sugere-se analisar o sistema de registro de preços na forma presencial, além da forma eletrônica (Decreto 10.024/2019). Também, investigar os custos das compras governamentais a partir da nova legislação de licitações. A legislação de aquisições públicas decorre de longas discussões acerca do regime de licitação criado pela Lei nº 8.666/93, que se tornou obsoleto, especialmente diante do cenário de pandemia da Covid-19. A pandemia demandou maior celeridade, eficácia e transparência nas contratações da

Administração Pública, dessa forma acredita-se que essa celeridade reduz custos para as organizações.

A nova Legislação ampliou o procedimento eletrônico para as demais modalidades de licitação, além de adequar os procedimentos licitatórios ao e-GOV, com a finalidade de aumentar a concorrência, diminuir os custos com o propósito de melhorar a qualidade dos bens e serviços a serem fornecidos à Administração Pública, dada a universalização da participação de fornecedores de qualquer lugar do mundo, além viabilizar maior agilidade.

Por último, sugere-se realizar uma comparação de custos quanto a forma que era trabalhada as modalidades de licitação com as atuais, procurando se efetivamente reduziu custos no processo de compras, e conseqüentemente se traz benefícios gerenciais as entidades públicas.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Katia; LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas; MENEZES, Emilio Araújo. Apuração dos custos nas organizações hospitalares: o método ABC aplicado no serviço de processamento de roupas de um hospital. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.77-97, 2002. Quadrimestral.

ALMEIDA, Alessandro Anibal Martins de; SANO, Hironobu. Função compras no setor público: desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 1, p. 89-106, jan. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612164213>.

ALVES, Guilherme Krause. **Gestão dos processos de compras: um estudo nas universidades públicas catarinenses**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Cap. 5.

ALVES-ANDRADE, F.; GUARIDO FILHO, E. R.; EBERLE, V. Pregão Eletrônico como Mito Racional: Análise dos Processos Licitatórios do Banco do Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 233-274, 2017. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.233-274>

BARBOSA, Edemilson Fagundes. O governo eletrônico e a gestão da cadeia de suprimentos do setor público. In Congresso CONSAD de Gestão Pública. 7., 2015. **Anais...**, Brasília/DF.

BEUREN, Ilse Maria, et al. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

BONACIM, Carlos Alberto Grespan; ARAUJO, Adriana Maria Procópio de. Gestão de Custos aplicada a hospitais universitários públicos: a experiência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.903-931, jul. 2010. Bimestral. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000400007>.

BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019a. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm. Acesso em 25 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei n.º 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em 25 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá

outras providências. DOU, p. 8269, 22 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>. Acesso em 28 de abril de 2021.

COUTO, Marcia Helena de Andrade; YOSHITAKE, Mariano; FRAGA, Marinette Santana; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Sistema de informação de custos: uma experiência de implantação na secretaria de educação do município de Itaguari/GO. **Revista de Tecnologia Aplicada**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 16-33, 10 maio 2017. Quadrimestral. <https://doi.org/10.21714/2237-3713rta2017v6n1p16>

FARIA, Evandro Rodrigues de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; SANTOS, Lucas Maia dos; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Pregão eletrônico versus pregão presencial: estudo comparativo de redução de preços e tempo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 47-62, 21 jun. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/1021/955>. Acesso em: 03 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p

GUARIDO, Fernanda Alves Andrade; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo; EBERLE, Veronica. Pregão Eletrônico como Mito Racional: análise dos processos licitatórios do banco do brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 233, 21 out. 2017. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.233-274>.

GUERREIRO, Reinaldo; CORNACHIONE, Edgard Bruno; SOUTES, Dione Olesczuk. Empresas que se destacam pela qualidade das informações a seus usuários externos também se destacam pela utilização de artefatos modernos de contabilidade gerencial? **Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 55, p.88-113, 21 dez. 2010. Quadrimestral. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000100006>

JOHNSON, H. Thomas; KAPLAN, Roberto Samuel. **Contabilidade Gerencial: A Restauração da Relevância da Contabilidade nas Empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 239 p. Tradução por Ivo Korytowski.

MARQUES, Ana Carolina Barros; FONSECA, Sérgio Azevedo. Pregão eletrônico como processo democrático de transparência e economicidade na administração pública. **Facef**

Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão, v. 22, n. 3, p. 336-349, 2019. Quadrimestral. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/1785>. Acesso em: 03 maio 2021

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 376 p.

MESSIAS, D.; FERREIRA, J. C.; SOUTES, D. O. Gestão de Custos no Setor Público: Um Panorama de Experiências Internacionais. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 3, p. 585-604, 2018. <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i3.2961>

MORAIS, Greiciele Macedo; SANTOS, Valdeci Ferreira dos; REIS NETO, Mário Teixeira. Gestão de Custos no setor público: um estudo em um restaurante universitário. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 3, p.1913-1933, 2019. Mensal. <https://doi.org/10.22533/at.ed.1631908057>

POZZEBON, Mauricio Fernando; MARTINS, Vinicius Abilio; JEREMIAS JUNIOR, Jair. Análise de Viabilidade da Aplicação do Método de Custeio ABC em uma Empresa Prestadora de Serviços Contábeis. **Repa - Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia** São Paulo, v. 3, n. 2, p.229-251, 20 nov. 2017.

RODRIGUES, Luis Adriano; BRAUN, Décio Roque; MIREK, Zélia Maria; CARVALHO, Cinthia Trindade de; FENGLER, Daniela. Contabilidade de custos como Ferramenta Gerencial Aplicada a atividade hoteleira: estudo de caso aplicado na região das Missões - RS. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, Pelotas, RS, v. 4, n. 2, p. 384-400, 07 jul. 2014. Semestral.

SILVA, Simone Duarte Leôncio. **Requisitos de informação gerencial aplicados à gestão de compras em universidade pública**. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Cap. 5.

SOUZA, Alyne Hedla Bastos de. **Vantagens e Desvantagens do pregão para Administração Pública**: um estudo de caso sobre a caixa econômica federal. 2018. 39 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Limoeiro do Norte, 2018.

UFSC. Pró-Reitoria de Administração. **Atribuições**. 2021. Disponível em: <https://proad.ufsc.br/apresentacao/competencias/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

UFSC. **Comunidade Universitária debate corte orçamentário nos campi**. 2019a. disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/05/comunidade-universitaria-debate-corte-orcamentario-nos-campi/>. Acesso em: 13 maio 2019.

UFSC. **Resumo do trabalho realizado – DCOM 2018**. 2019b. Disponível em: <http://dcom.proad.ufsc.br/2019/02/20/resumo-do-trabalho-realizado-pelo-dcom-em-2018/>. Acesso em: 13 maio 2019.

UFSC. **Planilha de Controle de Pregões do ano de 2018 do Departamento de Compras.**2019c. Acesso em 20 maio 2019. Não publicado.

UFSC. **Organograma do Departamento de Licitações.** 2019d. Disponível em: <http://licitacao.paginas.ufsc.br/files/2019/06/ORGANOGRAMA-DPL-DPGI.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019

UNIÃO, Controladoria-geral da. **Portal da Transparência:** Detalhamento por Servidores da UFSC. 2019. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/consulta?orgaosServidorLotacao=OR26246&orgaosServidorExercicio=OR26246&ordenarPor=nome&direcao=asc>. Acesso em: 20 set. 2019.

VIEIRA, Luciana dos Santos; ANDRADE, Daniela Meirelles; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Estudo do sistema de cotação eletrônica em uma empresa pública do estado de Minas Gerais. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 18, n. 3, p.270-291, 26 fev. 2018. Anual. Edição extraordinária

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda.** Editora Saraiva, 2017.